

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA  
BAHIA DEPARTAMENTO DE  
CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS IX**

**ARTHUR MANOEL DE LIMA MELO**

**MUDANÇAS *EX-POST* DA IMPLEMENTAÇÃO DA ATER NA  
COMUNIDADE DE VARZEAS, MUNICÍPIO DE BAIANÓPOLIS**

**BARREIRAS - BA**

**2022**

**Arthur Manoel de Lima Melo**

**MUDANÇAS *EX-POST* DA IMPLEMENTAÇÃO DA ATER NA  
COMUNIDADE DE VARZEAS, MUNICÍPIO DE BAIANÓPOLIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Engenharia Agrônômica da Universidade do Estado da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Graduação de Bacharel em Engenharia Agrônômica.

Orientador : Me. Rafael Costa Guimarães Farias

**BARREIRAS – BA**

**2022**

**Autorizo a reprodução total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.**

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
**Sistema de Bibliotecas da UNEB**

M528m

Melo, Arthur Manuel de Lima

Mudanças ex-post da implementação da ATER na comunidade de varzeas, município de Baianópolis / Arthur Manuel de Lima Melo. - Barreiras, 2022.

33 fls.

Orientador(a): Prof. Me. Rafael Costa Guimarães Farias.

Inclui Referências

TCC (Graduação - Engenharia Agrônoma) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas.

1.Extensão rural. 2.Agricultura familiar. 3.Agroecologia.

CDD: 631

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96.  
Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
CAMPUS IX - BARREIRAS  
COLEGIADO DE ENGENHARIA AGRÔNOMICA



## CERTIFICADO DE APROVAÇÃO Ata de Avaliação de Defesa de Monografia

Ata da sessão de defesa de Monografia do semestre 2022.1, sendo candidato (a) o (a) aluno (a) Arthur Manoel de Lima Melo.

Aos 15 dias do mês de julho de 2022 reuniu-se a Banda Examinadora constituída pelos professores, Rafael Costa Guimarães Farias (presidente/orientador), e os membros: 1) Bruna Maria Santos de Oliveira e 2) Leandra Brito de Oliveira pela plataforma Microsoft Teams, para avaliar o Trabalho de Monografia intitulado MUDANÇAS EX-POST DA IMPLEMENTAÇÃO DA ATER NA COMUNIDADE DE VARZEAS, MUNICÍPIO DE BAIANÓPOLIS. As médias de notas apontadas pelos professores conforme as Fichas de Avaliação de Banca (anexas) indicam que o aluno está **aprovada com média 9,1**, sendo recomendada nesta ocasião a concessão do grau de **“Bacharel em Engenharia Agrônoma”** ao candidato, uma vez se atendidas as correções apontadas pela banca e o cumprimento integral do currículo do curso.

Observações: 1) A média aritmética final para aprovação é de 7,0 (sete vírgula zero);  
2) O(a) aluno (a) terá prazo de 5 (cinco) dias para fazer as correções solicitadas pela banca e apresentá-las ao Presidente da Banca (professor orientador) com a finalidade de entrega definitiva do trabalho.

Barreiras, 15 de julho de 2022

Professor orientador - Presidente da Banca

Membro 1

Documento assinado digitalmente  
gov.br  
ARTHUR MANOEL DE LIMA MELO  
Data: 19/07/2022 09:48:10-0300  
Verifique em <https://verificador.jf.br>

Aluno (a)

Documento assinado digitalmente  
gov.br  
LEANDRA BRITO DE OLIVEIRA  
Data: 15/07/2022 21:44:41-0300  
Verifique em <https://verificador.jf.br>

Membro 2

Coordenação do Curso

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por me auxiliar na superação dos desafios encontrados até aqui.

Agradeço aos meus pais por terem me provido e me ensinado os valores que me fizeram ser quem sou. Especialmente à minha mãe que me mostrou a importância da ética e da educação e tanto se esforçou para me dar o melhor.

Agradeço a minha amada companheira Bárbara Alvarenga por estar ao meu lado me incentivado em cada etapa da organização desse trabalho, não me deixando em nenhum momento duvidar da minha capacidade.

Aos meus amigos Eduardo, Lucas, Mauro, Matheus, Silvério, Maria Luiza, Renan, William, Wallison, Daysem Inamara e Kelly pelos diversos conselhos, incentivos e momentos divididos, vocês também fizeram parte na formação de quem sou.

Aos técnicos Daiane e Dalwan, por terem me aproximado da comunidade estudada e me doado seu tempo para esclarecimento de dúvidas.

Agradeço ao meu orientador Me. Rafael Costa que aceitou o desafio de me acompanhar nesse estudo após uma mudança brusca na temática me guiando fazendo-me compreender o quão importante e necessários são as atividades de ATER.

E finalmente à Universidade do Estado da Bahia por ter disponibilizado os professores que me mostraram o vasto universo que são as ciências agrárias despertando curiosidade e auxiliando na formação de um pensamento crítico e analítico.

*“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.”*

**Paulo Freire.**

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	15
2.1 História e circunstâncias do serviço de extensão rural no Brasil .....	15
2.2 Constructo simplificado do estado da arte sobre a extensão rural no Brasil.....	18
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	23
3.1 Tipo de estudo .....	23
3.2 Caracterização da área do estudo de caso .....	24
3.3 População e Amostra .....	24
3.4 Instrumento da Coleta de dados.....	25
3.5 Gravação e Transcrição dos áudios.....	25
3.6 Descrição da Análise de dados .....	26
3.7 Critérios para Inclusão de Pesquisas .....	26
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	27
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	33
<b>6 REFERÊNCIAS</b> .....	34

## RESUMO

Esta é uma pesquisa qualitativa que descreve a forma como foi executado o serviço de ATER fornecido pela Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco (FUNDIFRAN), na comunidade de Várzeas, no município de Baianópolis através do ponto de vista dos beneficiários, ilustrando a metodologia utilizada e os impactos causados por intermédio de relatos de nove membros da comunidade, obtidos através de quatro entrevistas semi estruturadas. As entrevistas foram analisadas utilizando se da análise de conteúdo após codificação em Realidade inicial das propriedades; Histórico dos atores com a produção no campo; Contato inicial com a FUNDIFRAN; Metodologia do ensino utilizada; Coerência com a matriz ideológica e Mudanças na qualidade de vida dos atores. Foi possível identificar melhoria na qualidade de vida dos entrevistados através do aumento de renda, estímulo ao comércio e interações sociais, adoção de práticas sustentáveis, melhoria da segurança alimentar e redução de contato com produtos químicos. Novas pesquisas podem ser realizadas para melhor entender os fenômenos gerados a partir do contato de empresas prestadoras de assistência técnica e o agricultor familiar.

Palavras chave: “ATER” + “Agroecologia” + “Sustentabilidade” + “PNATER” + “Extensão Rural” + “Agricultura familiar”.

## **ABSTRACT**

This is a qualitative research that describes how the ATER service provided by the Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco (FUNDIFRAN) was performed in the community of Várzeas, in the municipality of Baianópolis through the point of view of the beneficiaries, illustrating the methodology used and the impacts caused through the reports of nine community members, obtained through four semi-structured interviews. The interviews were analyzed using content analysis after coding in Initial Reality of the properties; History of the actors with the production in the field; Initial contact with FUNDIFRAN; Teaching methodology used; Consistency with the ideological matrix and Changes in the quality of life of the actors. It was possible to identify an improvement in the quality of life of the interviewees through an increase in income, stimulation of trade and social interactions, adoption of sustainable practices, improvement of food security and reduction of contact with chemicals. New research can be carried out to better understand the phenomena generated from the contact of companies providing technical assistance and the family farmer.

**Keywords:** “ATER” + “Agroecology” + “Sustainability” + “PNATER” + “Rural Extension” + “Family agriculture”.

## **LISTA DE SIGLAS**

AIA – Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Social e Econômico

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

ACAR – MG - Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais

BAHIATER – Superintendência Baiana de Assistência Técnica

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento

CEFIR – Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais

DATER – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EPI – Equipamento de Proteção Individual

ESAV – Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa

FUNDIFRAN – Fundação do Desenvolvimento Integrado do São Francisco

GBM – Grupo Banco Mundial

IIFA – Imperial Instituto Fluminense de Agricultura

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário PIB – Produto Interno Bruto

PROATER – Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

PROVAP – Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

SDR – Secretaria do Desenvolvimento Rural

## **LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1:</b> Políticas Públicas de ATER contemporâneas .....	21
--	----

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a primeira ação institucionalizada de extensão rural é comumente citada como a Semana do Fazendeiro, cuja primeira edição ocorreu em 1929, idealizada pela Escola Superior de Agricultura de Viçosa (atualmente Universidade Federal de Viçosa), com cursos de extensão e palestras. Todavia, outras literaturas descrevem a organização de feiras cooperativas entre o Ministério da Agricultura e as secretarias de agricultura estaduais em 1940 (PEIXOTO, 2008).

Conforme Peixoto (2008), nos anos seguintes, leis e decretos contribuíram para formular e impulsionar a extensão rural, tais como o Decreto-Lei no 7.449, de 9 de abril de 1945, que obrigava cada município a possuir uma associação rural, composta de proprietários de estabelecimentos rurais, e determinava que as associações teriam como sede as chamadas Casas Rurais que seriam também órgãos técnicos consultivos dos governos municipal, estadual e federal. Obrigando ainda a:

- l) Realizar a difusão de ensinamento agro-pecuários, visando, principalmente, a melhoria das condições do habitat rural;
- m) Promover a aprendizagem agro-pecuária, sempre que possível em cooperação com órgãos oficiais;
- n) Manter na sede um museu com os tipos padrões dos produtos locais de expressão econômica, pugnando pela aplicação das medidas oficiais relativas à padronização e classificação [...]
- t) Realizar, em colaboração com o Governo, periodicamente, exposições-feiras distritais, municipais ou regionais, estas últimas em colaboração com as congêneres; (Decreto-Lei nº 7.449, 1945).

Além disso, o Decreto-Lei no 8.127, de 24 de outubro de 1945, forneceu algumas alterações, como a obrigatoriedade de serviços de assistência técnica, promover o ensino profissional e difundir noções de higiene de forma a melhorar a condições no âmbito rural. Na década seguinte, o país está inserido em um contexto de rápida transformação da agricultura, de incentivo à inovação tecnológica, fundação de instituições de pesquisa no setor e formação de profissionais especialistas em áreas destinadas a inovação agropecuária. Nas quais, destaca-se o estudo da biologia e drenagem dos solos, uso de aperfeiçoamento genético de animais e plantas, o desenvolvimento de fertilizadores e defensivos, dentre outros (PEIXOTO, 2008).

Nesse cenário, emerge o profissional especializado na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com o objetivo de difundir e aplicar essas inovações. Para isso, esse especialista passou a ser graduado em engenharia agrônoma, zootecnia, economia doméstica e engenharia florestal (CASTRO, 2015).

Conforme Castro (2015), no Brasil, a origem dos serviços de ATER é situada no fim da década de 1940, quando foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) no estado de Minas Gerais, em 1948. Essas relações foram materializadas na vinculação dos produtores rurais aos mercados de financiamento, de insumos e de comercialização. Dessa maneira, a estruturação da forma institucionalizada de Extensão Rural teve como expoente o ano de 1948, marcado pela implementação do projeto piloto na cidade de Santa Rita do Passa Quatro, no estado de São Paulo, sendo resultado dos convênios entre Brasil e Estados Unidos.

Nessa conjuntura, em 11 de janeiro de 2010, a Lei Federal nº 12.188, no seu Art. 2º inciso I, traz o entendimento que: “Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER: serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais;” (BRASIL,2010).

Nesse sentido, Peixoto (2008), propõe que o termo extensão rural possa ser conceituado de três diferentes formas, sendo elas: processo, instituição e política. Ainda de acordo com o autor, processo refere-se “ao ato de estender, levar ou transmitir conhecimentos de sua fonte geradora ao receptor final, o público rural”. Dessa forma, por instituição entende-se que vem a ser “entidade ou organização pública prestadora de serviços de Ater nos estados”. Enquanto que política remete a políticas de extensão rural, traçadas pelos governos (federal, estaduais ou municipais) ao longo do tempo, por meio de dispositivos legais ou programáticos, mas que podem ser executadas por organizações públicas e/ou privadas.

Conforme Freire (1983), na obra intitulada “Extensão ou Comunicação?”, há uma similaridade de conhecimento entre o técnico extensionista e o agricultor, que se assemelha a troca entre professor e o aluno no processo de formação do conhecimento. Nesse sentido, é questionado o conceito de extensão como uma forma de se levar conhecimento de alguém mais sábio para o leigo ou iniciante através de uma aproximação messiânica e mecanizada. Por fim, é conferido ao educando um papel mais ativo para estabelecer uma nova forma de construção do conhecimento.

Por meio da superintendência baiana de assistência técnica e extensão rural (BAHIATER), órgão vinculado à secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), o Governo do estado da Bahia visou atender agricultores familiares nos territórios de identidade baianos, para aperfeiçoar o programa estadual de assistência técnica e extensão rural (PROATER) e executar um serviço adaptado à realidade singular de cada família, assumindo a missão de :

“Promover a gestão e a execução dos serviços de assistência técnica e extensão rural e articulação de políticas públicas para a agricultura familiar, visando sua emancipação econômica, social e o desenvolvimento sustentável, contribuindo para melhoria da qualidade de vida, respeitando suas especificidades culturais, econômicas, ambientais e sociais (SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL, 2016).”

O foco da chamada pública 001/2016, atendida pela Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco (FUNDIFRAN), foi o desenvolvimento rural sustentável, superação da pobreza rural, garantia da segurança alimentar, aumento da produtividade, sustentabilidade sócio ambiental e a transição para a agroecologia, preocupando-se com questões de gênero e distintas gerações. Beneficiando 3.600 famílias de agricultores/as, considerando agricultor/a familiar a caracterização definida pela Lei Federal no 11.326, de 24 de julho de 2006, exceto povos e comunidades tradicionais. Valorizando a diversidade cultural, social e étnica dos beneficiários (SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL, 2016).

O aumento da eficiência das ações governamentais é um desafio que afeta governos globalmente, tornando a avaliação das políticas públicas parte fundamental para a garantia de bons resultados, já que serve como ferramenta para localização de possíveis erros e consequente melhoria das políticas pós adequação dos mesmos. (FARIAS; FREITAS, 2021).

Em vista disso, ao revisarmos a literatura que discorre sobre assistência técnica e extensão rural no Brasil nos deparamos com uma vasta quantidade de publicações abordando o tema de diferentes perspectivas. Porém, observamos que em sua maioria são analisados de um ponto de vista legislativo, pedagógico e/ou institucional, havendo assim uma escassez de estudos que mostram a percepção do camponês aos impactos causados pelos programas de ATER.

Desta forma, levanta-se o questionamento de: “Como é afetada e quais são as mudanças na qualidade de vida das famílias assistidas por programas públicos de

ATER?”. Assim optou se por realizar uma análise descritiva da implementação e desenvolvimento da ATER sustentabilidade realizada pela FUNDIFRAN, tendo como base o ponto de vista do beneficiário, encontrado através de questionário com perguntas semi estruturadas de forma a identificar as barreiras de entrada encontradas pelos técnicos, os resultados gerados e analisar a efetividade do programa.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 História e circunstâncias do serviço de extensão rural no Brasil

Nessa temática, aponta-se que existam documentos datados do século XIX que apontem indícios de ações de extensão rural promovidas pelo governo brasileiro nas legislações, ainda que de forma participativa em outras leis. Nos anos de 1859 e 1860 foram criados quatro institutos imperiais de agricultura que objetivavam a realização de pesquisas, ensino agropecuário e difusão de informações. Em seus estatutos, era prevista a realização de exposições, concursos e publicação de periódicos com os resultados de suas pesquisas, escritos com uma linguagem acessível à maioria dos agricultores, além de um princípio de serviços de extensão rural. (PEIXOTO, 2008).

De acordo com Bediaga (2014), o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA) trazia em seu estatuto de criação como principais objetivos o aprimoramento do maquinário visando um aumento da produtividade, pesquisas relacionadas com a fertilidade do solo, aclimatação de novas espécies e a substituição de mão de obra escrava por colonos estrangeiros.

Outros decretos demonstraram a aproximação da extensão com a legislação brasileira, como o decreto n 1.067, de julho de 1860, que criou a *Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*, considerada como o primórdio do ministério da agricultura. e o Decreto n 8.319, de 20 de outubro de 1910, que criou e regulamentou o ensino agrônômico, nos níveis básico, médio e superior. Atribuindo funções extensionistas como prestação de consultas técnicas, conferências agrícolas com demonstrações práticas, cursos ambulantes de agricultura que visavam instruir agricultores que não tinham acesso às instituições de ensino agrícola. No capítulo XLVIII abordava a criação de fazendas experimentais que objetivavam o ensino prático aproveitando-se de culturas rentáveis e comuns às suas regiões (PEIXOTO, 2008).

De acordo com OLINGER (2020), o professor e fundador da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV), Peter Henry Rolfs foi o responsável por introduzir e fixar o modelo de ensino utilizado pelo serviço de extensão rural americano na década de 1920. Em 1929, a ESAV estabelece um marco na extensão rural brasileira ao realizar a 'Semana do Fazendeiro' que consistia em palestras

educativas, demonstração de métodos e práticas mais modernas em diversas áreas agrícolas além de abordar assuntos presentes no cotidiano das famílias rurais mineiras. Esse evento permanece ocorrendo anualmente, após uma reformulação, até os dias atuais.

Na década de 1940 por meio de uma cooperação entre o Ministério da Agricultura e as secretarias estaduais de agricultura iniciaram-se as 'Semanas Ruralistas' baseadas no modelo criado pela ESAV em Minas Gerais. Nela, agrônomos e outros técnicos visitavam as cidades do interior para a realização de palestras educativas focadas na apresentação de técnicas simples e replicáveis como poda e vacinação. Ainda nessa década o Ministério da Agricultura criou postos agropecuários para servirem como janelas para a demonstração da aplicação das novas tecnologias em campo. Eram administradas por seus técnicos e equipadas com estruturas que permitiam a produção animal e vegetal (OLINGER, 2020).

Nas décadas de 50 e 60 envolto em um contexto de polarização política causado pela guerra fria, o Brasil se aproximou dos Estados Unidos, estabelecendo relações de troca de conhecimento técnico e cooperação mútua. A Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento social e econômico (AIA) assume um papel de importância pois seus incentivos culminam na criação das Associações de Crédito e Assistência Rural pelos estados, importando o modelo de assistência técnica e extensão rural americano e institucionalizando o no Brasil (PEIXOTO, 2008).

Ocorreu então, na década de 1970, um período conhecido posteriormente como o 'milagre econômico', em que o Brasil apresentou um crescimento de seu produto interno bruto (PIB) superior a 10% ao ano. Alcançado por meio do estímulo da exportação de produtos agropecuários, fornecimento de crédito rural com juros negativos, entrada de capital de empresas estrangeiras e a contratação, pelo governo, de dívidas enormes com bancos estrangeiros com o intuito de financiar esse crescimento acelerado. Havia também reforma administrativa organizada pela ditadura empresarial-militar que visava descentralizar do governo federal a distribuição de recursos para garantir a priorização de projetos de entidades da sociedade civil junto a empresas públicas, através de financiamento direto ou acordos onde os objetivos eram estabelecidos pelos conveniados. Nesse contexto foi criada a empresa brasileira de assistência técnica e extensão rural EMBRATER (OLIVEIRA, 2017).

Agindo em conformidade com o produtivismo do segundo plano nacional de

desenvolvimento, a EMBRATER tinha entre seus objetivos combater a pobreza no meio rural através da modernização da agricultura.

Os recursos para o financiamento de seus projetos vinham dos governos estaduais, federal e de empréstimos concedidos pelo Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), instituição integrante do Grupo Banco Mundial (GBM), que desde 1960 passara a direcionar parte dos seus investimentos para o desenvolvimento rural e agia em consonância com o imperialismo americano pós segunda guerra mundial e a venda de pacotes tecnológicos durante a revolução verde. O projeto de financiamento do BIRD visava assistir 1,3 milhões de agricultores, é notável que nos relatórios do Banco mundial havia uma falta de definição entre as categorias de beneficiários, usando os termos “produtores”, “agricultores” e “família rural” como sinônimos. Além disso, dentre o público alvo, admitia se uma divisão de 55% de agricultores com baixo orçamento e 45% de “outros agricultores”, dando sinal de que havia interesse no beneficiamento de grandes produtores (OLIVEIRA, 2017).

Na década de 1990, o Governo Federal extingue a EMBRATER e encerra seu papel como coordenador e financiador de um plano nacional oficial para a ATER. Estados, municípios, instituições privadas e associações de agricultores, assumem então a guia para direcionar a extensão rural, criando um cenário heterogêneo baseado em seus próprios regimentos, estratégias e interesses. Paralelo a isso, as políticas neoliberais adotadas no período incitaram os movimentos sociais a reivindicarem a valorização da agricultura familiar e o retorno do Estado como gestor do desenvolvimento rural, culminando na criação do PRONAF (ZARNOTT, 2015). Sua raiz parte do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) que foi criado em 1994 durante o governo Itamar Franco. O PROVAP utilizava recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e apesar dos resultados pouco expressivos quanto à distribuição dos mesmos, agregou ao dividir os produtores rurais em distintas categorias livrando assim os pequenos agricultores da competição de recursos com grandes produtores. Em 1995, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, foi reformulado, alterando sua concepção e área de abrangência originando o PRONAF que foi institucionalizado através do decreto presidencial nº 1.946 de 28/06/1996.

Inicialmente seu principal objetivo foi a disponibilização de linhas de crédito de custeio para os pequenos produtores rurais que vinham sendo marginalizados

pelas políticas públicas até o momento. Somente a partir de 1997, após estar melhor estabelecido e passar por uma ampliação atuando de forma integrada nacionalmente, incluiu em seu programa ações nas áreas de infraestrutura, serviços municipais, pesquisa, capacitação e investimentos (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2021).

## **2.2 Constructo simplificado do estado da arte sobre a extensão rural no Brasil**

O humanismo assistencialista compreende o início da extensão rural no Brasil, em 1948, até a primeira metade da década de 60 em um período em que a produtividade brasileira estava atrelada à capacidade de expansão horizontal das áreas agricultáveis. As equipes de extensionistas contavam com um técnico agrícola e uma extensionista doméstica que buscavam a solução dos problemas das famílias rurais, através de um modelo educacional informal e integral, ensinando de forma demonstrativa objetivando uma mudança de hábitos através da autorrealização. (RODRIGUEZ, 1997).

De acordo com Quidá (2019), essa fase também acolhe o início do período de modernização do meio rural global, que atualmente é conhecido por “revolução verde”. Caracterizada pela utilização de pacotes tecnológicos que visavam atender diferentes contextos edafoclimáticos com uma mesma abordagem. Nesse período também há o destaque de Nelson Rockefeller, como agente impulsionador da ATER, através da AIA que ao fazer parcerias com organizações dos países assistidos, como Brasil e Venezuela criava também uma nova fronteira comercial para suas empresas de insumos e maquinários.

Nessa época, a metodologia usada pelos extensionistas, tinha um caráter paternalista, subjugando completamente o conhecimento presente pelos agricultores, tentando promover a mudança de práticas e hábitos através da simples imposição das novas informações/tecnologias, formando uma geração de agricultores incapazes de pensar de forma crítica (LISITA 2005).

A partir da década de 60, o modelo extensionista ficou conhecido como difusionismo produtivista, caracterizado pelo incentivo do Governo federal através de linhas de crédito e subsídios, para facilitar a aquisição de tecnologias modernas e aumentar o nível de mecanização no campo. O objetivo era reduzir o tempo entre o

lançamento de uma inovação pela pesquisa e a sua adoção generalizada pelos agricultores, de forma a aumentar suas produtividades (RODRIGUES, 1997).

Dessa maneira, a real necessidade dos agricultores, em alguns casos, era deixada de lado, em detrimento da aquisição de um novo pacote tecnológico, a “velha” mentalidade necessitava dar espaço para a “modernidade” e havia uma intensa propaganda pautando as descobertas científicas do exterior em um padrão inquestionável de superioridade de forma a garantir a sua implementação (QUIDÁ, 2019).

Por conseguinte, um grande marco desse período é a criação da EMBRATER em 1974, representando uma ação mais participativa do estado sob a extensão rural nacional. Passando de um contingente de 10% de municípios assistidos por extensão rural em 1960, para 77,7% em 1980. Porém, como a ATER estava ligada diretamente à aquisição do crédito rural, os maiores beneficiados foram os médios e grandes agricultores (LISITA, 2005).

Com o acontecimento da crise econômica dos anos 80, causada pelo aumento das taxas de juros internacionais e consequente aumento da dívida externa, ocorre uma insustentabilidade do modelo produtivista financiado por subsídios governamentais, adotado pela EMBRATER. O corte do acesso ao crédito rural serviu como ponto de partida para diversas críticas ao então dominante sistema difusionista, criando a necessidade de uma mudança estratégica, uma nova forma de se conduzir a extensão rural no Brasil, mais pautada no assistencialismo, dando início à fase do humanismo crítico (ZARNOTT, 2015).

Descrito por Rodrigues (1997) esse período foi caracterizado por trazer uma perspectiva libertadora, onde o agente extensionista, abdicando de sua postura paternalista, torna-se o interlocutor em um diálogo horizontal e democrático levando em consideração as opiniões do pequeno produtor, sendo este dono ou não da terra em que trabalha, conferindo-lhe poder de decisão e incentivando seu pensamento crítico através de uma problematização adequada a sua realidade. O uso de novas tecnologias continua como um dos objetivos, porém como uma forma de garantir o acesso às minorias que tinham sido marginalizadas nos períodos anteriores.

Corroborada por Lisita (2005), essa caracterização reafirmando que essa fase possui uma abordagem mais libertadora, que visa o desenvolvimento de um pensamento ativo do agricultor, estimulando a racionalização dos acontecimentos e a participação no processo de aprendizagem. Sendo o agente um guia na construção

desse conhecimento, disponibilizando seu próprio saber de forma lateralizada estimulando a auto reflexão.

Condizente com esse pensamento, Paulo Freire (1983), em seu livro “Extensão ou Comunicação” através de uma análise que parte da própria semântica da palavra “Extensão” e segue para uma desconstrução e conseqüente substituição pela palavra “Comunicação”, questiona a execução da ATER no Brasil, classificando a como impositiva e paternalista, sugerindo a substituição por uma abordagem participativa. Nas últimas décadas, os extensionistas, pautados na teoria da difusão de inovações vinham impondo um pacote de conhecimentos tecnológicos sem levar em consideração os conhecimentos empíricos dos agricultores assistidos e as suas reais necessidades. Utilizando - os mais como um público alvo para a venda de sementes melhoradas, defensivos agrícolas, maquinários, equipamentos e fertilizantes químicos sintéticos. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) através do departamento de assistência técnica e extensão rural (DATER) vem adotando medidas para gerar atualizações e o fortalecimento dos serviços de ATER no Brasil desde o final de 2003, já que há a necessidade de se adequar com o que a PNATER, que tem como alvo um desenvolvimento baseado na sustentabilidade, desenvolvimento endógeno, multidisciplinaridade e métodos participativos. (CAPORAL, 2006).

As revendas de produtos agrícolas vêm ocupando um grande espaço na ATER devido à falta de oferta pública da mesma desde a extinção da EMBRATER na década de 90. Acabam adotando esse papel já que no próprio processo existe a explicação de como os produtos funcionam, as melhores formas de aplicação, dosagem e erros a serem evitados, tendo em vista que um com uma maior efetividade, maior será o resultado obtido, satisfação do cliente consolidando assim futuras vendas. Além disso, a aproximação que acontece durante o processo de venda e pós venda torna comum o esclarecimento de dúvidas e prestação de assistência em áreas que vão além à do produto vendido já que os vendedores geralmente possuem formação em áreas agrárias e tendem a possuir um conhecimento mais amplo de todo o processo produtivo (CASTRO, 2015).

Após o espaço deixado pela extinção da Embrater em 1990, foi somente a partir dos anos 2000 que os serviços de ATER retornaram a coordenadoria do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater), associado à Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). Nesta retomada, emerge a partir do ano de 2003, a Política Nacional de Assistência Técnica

e Extensão Rural (Pnater), esta política configurou um norte para as ações a nível Federal direcionadas para a qualificação, a reorganização e o fortalecimento dos serviços de ATER, cujo foco prioritário passa a ser o atendimento à agricultura familiar.

A Pnater se estabelece como um novo aparato da ATER, cujo objetivo é aplicar a educação continuada e permanente, com ênfase na agroecologia, na colaboração e diálogo para a aplicação de valores sustentáveis ao campo. Logo, a ATER, por meio da Pnater e do Pronater, reforça não somente o ato de refletir sobre processo do aprender, como também, a prioridade de assistência técnica para agricultores familiares que se enquadram na Lei 11.326, de 24 de junho de 2006, produtores oriundos de áreas de reforma agrária e comunidades específicas setoriais. Por fim, as políticas públicas contemporâneas de ATER, incluindo a Pnater, o Pronater e a ANATER, são demonstradas no Quadro 1, em conjunto com o público-alvo, e as definições destas políticas públicas, (VIEIRA, BERNARDO, LOURENZANI, 2015).

TABELA 1 – Políticas Públicas de ATER contemporâneas

<b>Políticas Públicas de ATER</b>	<b>Legislação</b>	<b>Público-alvo Prioritário</b>	<b>Definição</b>
Pnater	Decreto Nº 5.033, de 5 de abril de 2004	Agricultura familiar	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
Pronater	Lei nº 12.188 de janeiro de 2010 Decreto nº 7.215 de 15 de junho de 2010 Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993	Agricultores familiares que se enquadram na Lei nº 11.326 de 24 de junho de 2006 Ênfase para ATER Setorial: indígenas, quilombolas, ribeirinhos, aquicultores extrativistas, pescadores artesanais, jovens e mulheres trabalhadoras rurais.	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
Anater	Lei nº 12.897 de 18 de dezembro de 2013	Pequeno e médio produtor rural	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

FONTE: VIEIRA; BERNARDO; LOURENZANI, 2015.

Todo o desenvolvimento da ATER no Brasil, nos coloca em um cenário onde a forma ideal, delimitada pela PNATER, de como ela deve ser implementada pode diferir do que realmente acontece, dependendo do interesse, objetivo e princípios da

empresa pública ou privada, bem como da formação e posicionamento do técnico extensionista em si, que pode adotar uma abordagem mais difusionista ou participativa. (Dias, 2007).

## 1 METODOLOGIA

### 3.1 Tipo de estudo

A pesquisa realizada é um estudo de caso executado por meio de quatro entrevistas utilizando questionário de perguntas semi estruturadas, partindo de uma série de questões subjetivas de cunho socioeconômico, conferindo assim, uma característica qualitativa à pesquisa.

A execução da pesquisa foi baseada nos três pilares que dizem respeito a coleta de informações, essas peças fundamentais são: o estudo bibliográfico, observação em campo, e a técnica da captação de dados por meio de entrevistas (BONI, QUARESMA, 2005). Assim, o início da uma investigação científica foi baseada em um levantamento de dados. E, para esse levantamento foi necessário a realização de um estudo bibliográfico. Em seguida, da observação dos fatos ou fenômenos para obtenção de maiores informações e por último, do contato com as pessoas que possam fornecer dados ou sugerir possíveis fontes de informações úteis.

Nesse sentido, o primeiro ponto de análise se referiu à adequação de usar a entrevista para entender o fenômeno estudado. Assim, Quaresma e Boni (2005) defendem que a entrevista é indicada para buscar informações sobre opinião, concepções, expectativas, percepções sobre objetos ou fatos ou ainda para complementar informações sobre fatos ocorridos que não puderam ser observados pelo pesquisador, como acontecimentos históricos ou em pesquisa sobre história de vida.

Por conseguinte, a construção das perguntas aplicadas na entrevista se deu por meio de temáticas identificadas ao longo da pesquisa, de modo que cada categoria tivesse uma coerência interna. Nesse sentido, Amado (2017) aponta que a entrevista deve ser formada por blocos temáticos, seguindo um guião lógico para a obtenção de informações essenciais ao tema principal. Porém, por não restringir a respostas diretas, o método permite ao entrevistado dar explicações em tom narrativo e que respeitam seus “quadros de referência”, dando ênfase ao que lhes for mais importante.

Dessa maneira, o estudo de caso surge “da vontade de conciliar interesses de natureza investigativa e política” e pode ser utilizado para estudar indivíduos, organizações, acontecimentos, dentre outros. Em contraponto à ideia de uma

“investigação menor”, o estudo de caso vem adquirindo maior credibilidade devido ao teor interpretativo que permite uma adequação a temas e fenômenos mais complexos, como os da área social e educacional (AMADO, 2017).

Por fim, conforme Lemos (2019) mais do que uma técnica de coleta de informações interativa baseada na consulta direta de informantes, a entrevista pode representar um processo rico de aprendizado, no qual a vivência e ótica do entrevistador contribuem e colocam-se a disposição das indagações e percepções dos entrevistados, sem que se perca o rigor da metodologia.

### **3.2 Caracterização da área do estudo de caso**

A Comunidade de Várzeas, local de realização do estudo, é distrito de Baianópolis desde sua emancipação de Barreiras através da lei 1776 de 1962, localizada a 22 km de baianópolis entre as comunidades Água Boa, Mozondó e Cacal, é cortada pela BA - 463 e o rio Marimbu Porto Alegre (IBGE, 2010).

É caracterizada pela presença de pequenos produtores e predomínio da agricultura familiar, tendo como principais culturas o milho, feijão e cana de açúcar. O setor pecuário é focado na produção de gado de corte, galinhas de corte, poedeiras e suínos.

### **3.3 População e Amostra**

O objeto do estudo são famílias da comunidade de Várzeas que foram assistidas pela FUNDIFRAN durante o período de 2017 a 2022. Sendo este o primeiro projeto de ATER executado na comunidade. As famílias foram escolhidas de forma intencional por se tratar de uma amostragem não probabilística, tendo como principais fatores definidores: a viabilidade com base na distância, na qual as famílias selecionadas ficavam em um raio aproximado de 5 quilômetros distantes uma da outra, de forma a facilitar a logística e possibilitar a análise de eventuais pontos de vista divergentes acerca de fatos comuns à comunidade; a sua participação nas atividades promovidas durante o programa e a disponibilidade para responder a entrevista.

### **3.4 Instrumento da Coleta de dados**

A coleta das entrevistas se deu por meio do auxílio de uma Técnica extensionista que trabalhou durante um período de execução do projeto da ATER na comunidade de Várzeas. Com isso, a colaboradora auxiliou no estabelecimento do primeiro contato com os membros da comunidade e acompanhou a realização das entrevistas. Estas, tiveram uma duração média de uma hora e meia e foram realizadas em sua maioria com o casal representante da residência, porém a sua natureza dialógica permitiu a inserção de outros membros da família conforme se sentiam à vontade para participar.

### **3.5 Gravação e Transcrição dos áudios**

Com o devido consentimento dos indivíduos participantes, as entrevistas foram gravadas em sua íntegra para permitir posterior análise. De modo, a evitar perda de informação, minimizar distorções e permitir a condução da entrevista com maior naturalidade e conforto.

Associado a isso, o conteúdo das gravações foi transcrito por meio da técnica de escuta e transcrição pelo realizador da pesquisa, identificando ao mesmo tempo aspectos que não ficaram registrados, e prosseguindo com a estruturação do trabalho. A fim de preservar suas identidades, seus nomes foram mantidos em sigilo e substituídos por “entrevistado” e um número baseado na ordem das entrevistas.

### **3.6 Descrição da Análise de dados**

Os dados foram interpretados utilizando-se da análise de conteúdo que segundo AMADO (2017), possibilita que o investigador consiga enxergar o mundo através das perspectivas dos atores envolvidos, já que utilizando a codificação e divisão dos discursos em categorias e subcategorias, é possível captar o sentido pleno das mensagens.

Trechos das entrevistas foram então codificados em grupos de forma a facilitar o alcance dos objetivos estabelecidos para esta pesquisa: Realidade inicial das propriedades; Histórico dos atores com a produção no campo; Contato inicial com a FUNDIFRAN; Metodologia do ensino utilizada; Coerência com a matriz ideológica; Mudanças na qualidade de vida dos atores.

Dessa forma, a análise inicial apresentou temáticas recorrentes tornando assim interessantes agrupamentos para análise também de: Impactos sociais dentro da comunidade; Importância da presença de políticas públicas. Após a reorganização dos dados foi possível então interpretação das respostas dos entrevistados.

### **3.7 Critérios para Inclusão de Pesquisas**

Todas as famílias previamente selecionadas, que confirmaram disponibilidade para entrevista e seguiram os critérios para participação foram incluídas na pesquisa e análise de dados.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o estabelecimento das mudanças ocorridas na comunidade de Várzeas esta seção inicial trará um panorama da realidade dos agricultores entrevistados e de seu histórico com a agricultura antes da ação da ATER realizada pela FUNDIFRAN.

Um fator comum entre os entrevistados foi o pouco acesso à educação, dois nove entrevistados apenas um concluiu o ensino médio. Foi percebido em seus discursos que uma das justificativas para isso é o fato de os trabalhos relacionados ao campo terem começado durante a infância, variando de 6 a 10 anos. “Eu tenho mais sentimento, que quando eu era pequena, eu não estudei né? meu pai me tirava da escola pra ir trabalhar... Lá no caldeirão que mexia com as telhas né? O que eu sei mesmo é só assinar meu nome”.

Dessa forma o conhecimento necessário para a produção no campo foi adquirido através da passagem de conhecimento de pai para filho nas atividades realizadas nas propriedades, variando entre o trato de animais, plantio, colheita e beneficiamento para a produção de farinha, rapadura e cachaça.

No momento da chegada dos técnicos na comunidade, as culturas mais produzidas eram o milho, o feijão e a cana de açúcar no sistema de sequeiro, entre os animais destacavam-se a criação de galinhas, suínos e bovinos. A associação de produtores locais advinha da reformulação de uma antiga associação e já conquistara algumas benfeitorias para a comunidade, como um trator e financiamentos.

A mesma foi utilizada pelos técnicos da FUNDIFRAN como porta de entrada na comunidade, servindo na divulgação de que haveria uma reunião com o intuito de apresentar a empresa, o programa de assistência técnica e conhecer a comunidade, através da fala de seus moradores, para identificação de suas necessidades, interesses e potencialidades. Todos os entrevistados descreveram que sentiram suas opiniões levadas em consideração e que o único limitante para a participação era a própria iniciativa individual de cada um. Reuniões semelhantes foram realizados ao fim de cada ano para avaliação das atividades realizadas e estabelecimento de estratégias e metas para o ano seguinte.

Esse primeiro momento foi necessário para evitar o estabelecimento de uma assistência técnica produtivista e difusionista já que permite a adequação das atividades obrigatórias exigidas na chamada pública para a realidade da comunidade e mais especificamente de cada unidade de produção familiar. Essa aproximação com

as práticas e recursos presentes no cotidiano dos assistidos, reduz a estranheza inicial, facilitando assim o processo de adoção e assimilação do que é ensinado. A linguagem utilizada também foi simples e direcionada para facilitar o entendimento como dito por um dos entrevistados:

“Era uma linguagem simples né? traziam o conteúdo que nem eu falei aquela hora do pessoal rústico assim, eles traziam naquela linguagem pra ver se entrava. Fazendo o básico pra ver o que entrava na mente deles (Entrevistado nº 1)”.

Uma das atividades iniciais foi a regularização das DAPS dos produtores e emissão do CEFIR. Essas atividades serviram como instrumento de propaganda para a FUNDIFRAN já que houve grande interesse da comunidade tendo em vista que em posse desses documentos é possível o acesso a linhas de crédito.

“- Teve algo que chamou a atenção para dar essa confiança inicial?  
 - É... pra gente fazer o empréstimo no banco, ajudaram muito.  
 - Foi uma das primeiras atividades?  
 - Foi, pra mim foi...  
 - Outra coisa, quando marca uma reunião que o representante do banco do nordeste vem pra fazer empréstimo, aonde faz a reunião não cabe o povo, que é pra retirar dinheiro né? quando vem uma reunião só com o pessoal deles, vai só nós que tamo acostumado. (Entrevistado nº 8)”.

Atividades previstas na chamada pública ATER sustentabilidade foram então realizadas tanto de forma coletiva, através de cursos e seminários, quanto individuais, com visitas às propriedades e duração mínima de duas horas. Em ambas as situações foram oferecidas oportunidades de realização prática do que estava sendo ensinado. Notou-se a obediência aos princípios da PNATER tendo como parte essencial a adoção dos princípios da agricultura de base ecológica, desenvolvimento de sistemas sustentáveis e metodologias participativas. Foram ensinadas técnicas de vacinação e uso de remédios naturais em aves, confecção de bebedouros e comedouros ecológicos, armadilhas ecológicas, composto orgânico e defensivos naturais.

Em primeira instância estas despertaram um certo nível de incredulidade, tendo em vista o costume de utilização de produtos químicos no combate a pragas e doenças. Como dito na primeira entrevista:

“ – O que que acontece, na minha opinião, foi assim quando vocês vêm trazer algo novo, meu pai, minha mãe tem a mente mais aberta, mas tem uns vizinho agricultor que é aquele mais cascudo, ele não abre mão daquela receita ali da lavoura. “Ah, vamo colocar aqui uma postura de usar o ninho, ele não vai

acreditar que aquilo funciona, vou ali no mercadinho pegar um Colosso que é mais rápido”. (Entrevistado nº 3).”

Porém devido ao imediatismo dos resultados, a facilidade da confecção e a necessidade de repetição do processo estes se tornaram um dos conhecimentos de maior assimilação pela comunidade. Todos os entrevistados atestaram com um certo espanto sobre os resultados do uso das caldas ensinadas, principalmente a bordalesa e a que usava como base detergente e óleo de cozinha para o combate de pulgões e mosca branca nas culturas da laranja, tomate e feijão.

Após a adoção das caldas, os entrevistados passaram a substituir os defensivos químicos utilizados anteriormente resultando em economia e numa unânime associação a um estilo de vida mais saudável. “O que a gente planta aqui mais é pra consumo, então se tem como tratar a planta com produtos naturais, porque usar químico? Sabendo que vai prejudicar a gente mesmo”. Além disso houve a redução de contato direto com os químicos durante a aplicação, tendo em vista que nem sempre as normas de segurança e o uso de EPIS eram respeitados.

O sucesso do composto orgânico também pôde ser comprovada pelos produtores que a adotaram:

“- E a melhor foi esse adubo que eles ensinaram pra nós, nessa semana nós já jogamos o adubo, plantamos, forramos a terra. Uma que eu plantei sem ele, ele nunca desenvolveu... E outra que nós plantamos depois, antes de nós tirar a cobertura, ele já tava crescendo debaixo da cobertura.  
- Ficou maior do que a outra que plantou primeiro. (Entrevistados nº 6 e 7)”.

Mesmo com esse exemplo o entrevistado nº 8 atribuiu a baixa produtividade à simples falta de recurso para comprar fertilizantes químicos. O mesmo admitiu não ter reproduzido o que foi ensinado por ser mais prático comprar o químico pronto no mercado poupando assim o planejamento necessário para se ter a compostagem dado o seu período de fermentação. Mostrando uma necessidade de maior acompanhamento para exemplificação e realização de mais atividades práticas em agricultores mais estigmatizados.

Essa dificuldade em dar crédito ao que foi ensinado pode ser reflexo do pouco acesso ao estudo pois de acordo com Castro (2015), no Nordeste, devido ao baixo nível de escolaridade média dos produtores há a redução da mão de obra qualificada ofertada no campo. Tornando se difícil a adoção de novas tecnologias e tratos culturais e facilitando a reprodução de práticas incorretas.

A instrução para acesso às políticas públicas foi dada de forma heterogênea, dos nove entrevistados somente um mencionou a adesão à garantia safra que apesar de em um primeiro momento ter sido estabelecido, quando houve a necessidade do uso devido as fortes chuvas ocorridas entre 2021 e 2022, o mesmo não havia sido renovado por falta de pagamento da contrapartida por parte da prefeitura. Dos entrevistados somente um estabeleceu vendas através do PNAE no passado, apesar de ter sido descontinuado após mudança de gestão da prefeitura, mencionou que durante o programa teve um enorme avanço em sua renda, possibilitando até mesmo a compra de um veículo na época.

Alguns moradores apresentaram acesso limitado a água alegando uma má distribuição dos poços da região e um maior beneficiamento de algumas famílias que conseguiam irrigar suas plantações reduzindo assim a pressão e inviabilizando a irrigação por aspersão para alguns produtores.

Cada técnico ficou responsável por assistir 90 famílias, resultando em uma sobrecarga que foi percebida pelos beneficiados. Em alguns casos o intervalo entre as visitas ultrapassava um período de dois meses. Resultado semelhante foi encontrado por Rocha (2019) que identificou um grupo de produtores na cidade de Barreiras que nunca tiveram acesso à assistência técnica e que durante a execução de seu primeiro projeto também sofreram com esse déficit. Indicando uma possível deficiência de instituições e mão de obra para serviços de ATER no oeste da Bahia.

A frequência idealizada pelos entrevistados foi a de visitas mensais, de forma a permitir a observação, o impacto e evolução das medidas tomadas entre uma e outra. Há de se salientar que associada à visita estaria a consulta por celular permitindo um acompanhamento semanal e até mesmo diário.

Através das oficinas de pães e bolos foram ensinadas melhores formas de aproveitamento dos alimentos, como o aproveitamento de sementes de abóbora para a confecção de farinha usada em pães e bolos integrais, enriquecendo a mesa dos produtores e evitando o desperdício. Através dessa oficina as mulheres da comunidade foram mobilizadas para a formação de grupos produtivos visando a comercialização dos produtos na feira de Baianópolis.

Entre os casos destaca-se a da entrevistada nº 5 que ao experimentar os ganhos em sua primeira participação na feira, passou a investir na produção particular adotando a produção de bolos como novo ofício e trazendo um incremento na renda familiar. Esse tipo de iniciativa é importante por conferir às mulheres uma maior

autonomia e protagonismo no meio rural.

A iniciativa que trouxe maior impacto na comunidade foi a criação da feira agroecológica de Várzeas e Baianópolis que teve sua gênese creditada unanimemente à FUNDIFRAN. Através dela houve um aquecimento da economia local, devido ao estímulo de consumo dos produtos originados no campo pela facilitação de acesso dos produtores com os consumidores finais. O sucesso serviu até como forma de convencer moradores que haviam rejeitado o programa anteriormente a participar dele como atestado: “Parece que acha que é só uma reuniãozinha boba, falar só asneira, que não vai pra frente, aí depois que vê que a engrenagem começa a girar fala opa vou pegar a carona ali.”

O aumento na renda foi mencionado por todos os entrevistados que se dispuseram a participar da feira: “Eu cheguei a fazer quase um mil reais nessa feira, de seis horas da tarde até nove ou dez horas da noite” outro relato afirma que chegou a dobrar o fluxo de vendas mensal. Esse aumento do consumo também serviu como incentivo para o plantio em geral tendo em vista que um dos fatores limitantes era a dificuldade de escoamento do que era produzido.

Além disso a feira trouxe um enriquecimento social, tendo em vista que nela há a presença de músicos regionais estimulando os visitantes a permanecerem mais tempo gerando cenários facilitadores de interações interpessoais. Dessa forma fortalece o senso de comunidade já que aumenta a colaboração mútua “Chega na feira vamos comprar nas outras barracas pra um ajudando o outro, comer uma coisa diferente”. Esse papel também foi atribuído às visitas dos técnicos em si, já que durante as visitas os assuntos não eram restritos somente ao teor técnico, mas também abordavam temáticas generalistas como experiências de vida e desejos pro futuro.

Quando questionados sobre o termo agroecológico as respostas foram bem divergentes e tenderam a associa-lo ao conceito de orgânico, com a abdicção de produtos químicos sendo pontuada de forma mais frequente. Porém boa parte das ações descritas pelos atores envolviam princípios agroecológicos demonstrando que apesar de uma deficiência na apresentação de um conceito, o serviço de ATER estava guiando os no caminho correto através das práticas. Outro termo fora do domínio dos agricultores assistidos foi o de “sementes crioulas”, nas tentativas de descrição de seu uso todos os entrevistados, demonstraram o hábito de guardar a semente, porém originadas de casas de produtos agrícolas.

No plantio, a maioria dos entrevistados perceberam que a adoção de um espaçamento correto, desbaste ou plantio de menos sementes por cova trouxe bons resultados no milho por exemplo a “diferença é que o pé sai mais reforçado a espiga aumenta mais.” Alguns mantiveram o espaçamento incorreto baseados em sua própria vontade, em “achar bonito” eles mais juntos, aumentando a competição entre as plantas e atribuíram a diferença do tamanho das cabeças de alho ao de fertilizantes que ele não tinha acesso, salientando a necessidade de uma maior demonstração para situações em que o agricultor ainda está muito preso em conceitos passados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa descreve a forma como foi executado o serviço de ATER fornecido pela FUNDIFRAN na comunidade de Várzeas no município de Baianópolis através do ponto de vista dos beneficiários, ilustrando a metodologia utilizada e os impactos causados por intermédio de relatos obtidos através de entrevistas semi estruturadas. Foi possível identificar as dificuldades encontradas para a aceitação inicial dos técnicos, bem como as formas que, de acordo com os entrevistados, a confiança necessário para o bom seguimento da ATER foi obtida. As palestras, cursos e serviços prestados foram sinérgicos com a matriz ideológica do programa e com o que foi estabelecido pela PNATER apesar dos objetivos almejados pela chamada pública ATER SUSTENTABILIDADE terem sido parcialmente alcançados.

Foi possível identificar que devido a singularidade da realidade de cada família, assistida pelo programa, existe a necessidade de um aumento na quantidade de técnicos disponíveis para oferecer uma maior frequência de visitas e trabalhar de forma mais aplicada a agricultores com crenças mais enraizadas e mais difícil aprendizado, bem como a continuidade do programa evitando assim a repetição do ganho de confiança e aproximação iniciais para que não haja retrocesso no aprendizado.

Ainda assim, após o encerramento desse projeto de ATER foram percebidas evolução quanto ao manejo e manutenção da sanidade das culturas e animais criados na comunidade, desenvolvimento de grupos produtivos, estímulo do comércio e melhoria da qualidade de vida através da redução de exposição à produtos químicos, aumento das atividades sustentáveis nas propriedades, garantia de segurança alimentar e aumento de renda.

Novas pesquisas podem ser realizadas para melhor entender os fenômenos gerados a partir do contato de empresas prestadoras de assistência técnica e o agricultor familiar, aprofundar o estudo da eficácia das metodologias participativas no ensino e ainda buscar a formação de um panorama da ATER nas pequenas comunidades do oeste da Bahia.

## 6 REFERÊNCIAS

AMADO, João. **Manual de Investigação Qualitativa em Educação 3ª edição**. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2017.

BEDIAGA, Begonha. **Marcado pela própria natureza: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura-1860 a 1891**. Editora FGV, 2014.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Disponível em: <[https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1255603/mod\\_resource/content/0/Aprendendo\\_a\\_entrevistar.pdf](https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1255603/mod_resource/content/0/Aprendendo_a_entrevistar.pdf)>. Acesso em: 13 de abril de 2022.

BRASIL. MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária–PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – Pronater, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília, 2010.

CAPORAL, Francisco Roberto; RAMOS, L. de F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia**. Brasília DF, 2006.

CASTRO, CN de. **Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural**. *Boletim regional, urbano e ambiental*, v. 12, p. 49-59, 2015.

DA ROCHA, Nattália Matos et al. A EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO DE ATER MUNICIPAL EM BARREIRAS-BA LA EXPERIENCIA DEL SERVICIO MUNICIPAL ATER EN BARREIRAS-BA THE EXPERIENCE OF ATER MUNICIPAL SERVICE IN BARREIRAS-BA.

DIAS, Marcelo M. **Extensão rural para qual desenvolvimento. Abordagens atuais sobre extensão rural**. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2007.

FARIAS, Rafael Guimarães; FREITAS, Alair Ferreira. **Avaliação de processo do programa Mais Gestão na perspectiva dos atores envolvidos na implementação**. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, v. 8, n. 15, p. 01- 32, 2021.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE cidades Baianópolis**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/baianopolis/18/16459>. Acesso em: 2 jun. 2022.

LEMOS, Márcio. **Entrevista em profundidade, 2019**. Disponível em: <encurtador

.com.br/DGJOP>. Acesso em 15 de abril de 2022.

LISITA, Frederico Olivieri. Considerações sobre a extensão rural no Brasil. 2005.

MARIA DAS GRAÇAS, M. Ribeiro. Caubóis e caipiras. Os land grant colleges e a Escola Superior de Agricultura de Viçosa. Revista História da Educação, v. 10, n. 19, p. 105-120, 2006.

OLINGER, Glauco. Aspectos Históricos da Extensão Rural no Brasil e em Santa Catarina. **Florianópolis: Epagri**, 2020.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. **Semeando consenso com adubo e dedal: dominação e luta de classes na extensão rural no Brasil (1974-1990)**. 2017.4

PEIXOTO, Marcus. **Extensão Rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação**, 2008. Disponível em: <<https://shre.ink/mBgd>>. Acesso em 20 de junho de 2022.

QUIDÁ, Márcio Maltarolli. **Do embate semântico ao desafio da práxis: a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária**. 2019.

RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. **Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil**. 1997.

SALVADOR (BA). Chamada Pública ATER SDR nº 001/2016. Chamada Pública Para Seleção de Entidades Executoras de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural Para a Promoção da Sustentabilidade das Unidades Produtivas Familiares do Estado da Bahia. Salvador: Secretaria do Desenvolvimento Rural; Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural; Diretoria de Assistência Técnica Extensão Rural, p. 3, 2016.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro Francisco. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf–Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Revista grifos**, v. 30, n. 51, p. 12-41, 2021.

VIEIRA, S.C.; BERNARDO, C.H.C.; LOURENZANI, A.E. B.S. **Política Pública de ATER para o desenvolvimento rural sustentável na agricultura familiar**. RECoDAF – Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar, Tupã, v. 1, n. 1, p. 1-22, 2015. ISSN: 2448-04521.

ZARNOTT, A. V. et al. Avanços e retrocessos nas políticas de extensão rural: análise crítica sobre a ANATER. In: **53º CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**. 2015. p. 1-2